



THE FORESTS DIALOGUE

ENGAGE! EXPLORE! CHANGE!

Diálogo de Campo sobre Alimentos, Combustíveis, Fibras e Florestas

Resumo do relatório dos colíderes

De 11 a 14 de novembro de 2012 | Capão Bonito, Brasil

Por James Griffiths, Caio Luiz Carneiro Magri, Miriam Prochnow, Carlos Roxo e Rod Taylor

Introdução

Ao longo dos próximos 30 a 40 anos, a produção de alimentos, fibras e combustíveis irá competir ainda mais intensamente por limitados recursos de terra e de água.¹ Manter as florestas naturais requer práticas florestais e agrícolas que produzam mais com menos terra, água e poluição, e novos padrões de consumo que atendam às necessidades dos pobres enquanto eliminam o desperdício e o consumo excessivo.² Para o mundo alimentar e abrigar suas populações em crescimento sem destruir ou sobrecarregar os sistemas naturais, as decisões sobre o uso do solo precisam ser feitas com cuidado, com a participação de todas as partes interessadas chave, e logo.

Com essa visão, o Diálogo Florestal (The Forests Dialogue – TFD) trabalhou com seus parceiros em 2011 para construir uma parceria que promova a tomada de decisão mais justa e mais sustentável sobre o uso da terra, por meio de sua iniciativa dos 4Fs: “Mudança de perspectivas sobre Alimentos, Combustíveis, Fibras e Florestas”. Essa iniciativa dos 4Fs se baseia na crença compartilhada de que diálogo eficaz, mudança de políticas e ações concretas podem ser mobilizados para ajudar a formar uma ponte entre os setores da silvicultura e da agricultura e fornecer uma visão mais holística sobre os desafios do uso da terra e da água, a intensificação da silvicultura e da agricultura, o alívio da pobreza e a ampliação dos padrões de consumo de massa.

Um primeiro diálogo de escopo foi realizado em Washington, D.C. em junho de 2012.³ Com base nos resultados desse diálogo, o TFD organizou um diálogo de campo sobre Alimentos, Combustíveis, Fibras e Florestas (4Fs) em Capão Bonito (SP), Brasil, de 11 a 14 de novembro de 2012.⁴

Trinta brasileiros e 14 participantes estrangeiros, representando um amplo espectro de grupos de interesse (ver a lista de participantes no Anexo II), juntaram-se para dois dias de viagem de campo e dois dias de discussões em sessões plenárias ou pequenos grupos, com os seguintes objetivos:

- ➔ Fazer ponte entre os setores florestal e agrícola, de pequena até grande escala, em níveis locais até internacionais, e desenvolver percepções sobre os desafios do uso do solo e da água, a intensificação da agricultura e da silvicultura, a conservação dos valores florestais e a salvaguarda dos serviços ecológicos no contexto das necessidades das populações crescentes.

TFD STEERING COMMITTEE 2012

GEORGE ASHER

Lake Taupo Forest Trust -
New Zealand

CHRIS BUSS

International Union for the
Conservation of Nature (IUCN)

ESTEBANCIO CASTRO DÍAZ

International Alliance of
Indigenous and Tribal Peoples of
the Tropical Forests (IAITPTF)

MARCUS COLCHESTER

Forest Peoples Programme

PETER DEWEES

The World Bank

GARY DUNNING

The Forests Dialogue

PETER GARDINER

Mondi

JEANNETTE GURUNG

Women Organizing for Change in
Agriculture and Natural Resource
Management (WOCAN)

KALYAN HOU

The Center for People and Forests -
Cambodia (RECOFTC)

PETER KANOWSKI

Center for International Forestry
Research (CIFOR)

CHRIS KNIGHT

PricewaterhouseCoopers

SKIP KRASNY

Kimberly-Clark

JOE LAWSON

MWV

RUTH MARTINEZ

La Asociación Coordinadora
Indígena y Campesina de
Agroforestería Comunitaria
Centroamericana (ACICAFOC)

JAMES MAYERS, TFD CO-LEADER

International Institute for
Environment and Development
(IIED)

JAN MCALPINE

United Nations Forum on Forests

GHAN SHYAN PANDEY

Global Alliance of Community
Forestry (GACF)

HERBERT PIRCHER

Stora Enso

MIRIAM PROCHNOW

Apremavi - Brazil

CARLOS ROXO, TFD CO-LEADER

Fibria

ANTTI SAHI

International Family Forests
Alliance (IFFA)

PÄIVI SALPAKIVI-SALOMAA

UPM-Kymmene

NIGEL SIZER

World Resources Institute

ROD TAYLOR

WWF International



Miriam Prochnow, co-presidente da mesa

- Estabelecer formas específicas e práticas de progredir em questões-chave, e preparação para persegui-las, entre as partes interessadas no Brasil. Identificar formas de progredir em questões-chave em nível internacional, inclusive como os parceiros podem trabalhar com a iniciativa dos 4Fs.

Este relatório resume as discussões de diálogo sobre os principais desafios e os potenciais próximos passos sobre questões dos 4Fs no Brasil e internacionalmente. Informações sobre a aprendizagem nas excursões de campo podem ser encontradas no Anexo I e uma lista completa dos participantes no Anexo II.



Rod Taylor, co-presidente da mesa

Principais desafios

Como a intensificação do uso do solo pode ser feita sem causar danos ambientais ou sociais?

A intensificação do uso da terra refere-se a mudanças das práticas no uso do solo que levam a uma produção mais alta por área de terra utilizada. A intensificação do uso do solo é identificada como uma das principais estratégias para enfrentar o desafio dos 4Fs no Brasil. A indústria de produtos florestais afirma que faltam matérias-primas florestais e também espaço para estabelecer plantações. Uma parte significativa das terras agrícolas é ou subutilizada ou de baixa produtividade, principalmente as pastagens.⁵ O Brasil é hoje o maior produtor e exportador mundial de carne bovina. Houve muita expansão de pastagens na região da Amazônia, que atualmente tem mais de 80 milhões de cabeças de gado, ante 26,6 milhões em 1990 e o equivalente a mais de 85% do rebanho total dos Estados Unidos. A Amazônia brasileira tem mais de 55.425.000 hectares de pasto, um espaço aberto maior que a França. Cerca de 40% das atuais terras de pastagem estão abaixo da produtividade média global.⁶ É claro que a tomada de decisão sobre o uso do solo no Brasil tem sido historicamente aquém do ideal, mas há um grande potencial para aumentar a produtividade nas pastagens existentes e assim poupar mais terra para plantações florestais e outros usos agrícolas.

Também foi evidente a necessidade de reforçar o papel e o impacto da conservação das florestas. A manutenção e a restauração da funcionalidade dos ecossistemas podem fornecer os serviços críticos de suprimento e regulamento que possibilitem a produção de alimentos, combustíveis e água, a reciclagem de nutrientes, a polinização e o controle de pragas e doenças.

Mas os desafios ainda permanecem sobre a aplicação e as implicações da intensificação:

- Como a intensificação pode também garantir a “qualidade dos produtos” da terra?
- Como incentivar os proprietários de terras privadas a investir na tecnologia de intensificação (maior produtividade) e em sistemas de produção diversificados (alimentos e combustíveis e fibras)?
- A intensificação nas atuais terras produtivas será traduzida em desmatamento evitado e em restauração? Se assim for, como garantir que as terras poupadas pela intensificação serão utilizadas da melhor maneira possível?
- A intensificação nas terras produtivas significa monocultura e mais uso de tecnologia e de produtos químicos?
- Como podem os atuais sistemas de padrões e certificação da produção de fibras e alimentos ajudar a promover sistemas de produção e cadeias



James Griffiths, co-presidente da mesa



Carlos Roxo, co-presidente da mesa



Caio Luiz Carneiro, co-presidente da mesa

de abastecimento sustentáveis, incluindo evitar ou reduzir a conversão de floresta?

- ➔ Como mobilizar e fortalecer a capacidade dos pequenos proprietários de participar dessas oportunidades em alimentos, combustíveis e fibras de forma sustentável, eficiente, equitativa e rentável?
- ➔ Como desenvolver tecnologia apropriada para intensificação que pode beneficiar pequenos produtores e atender às condições locais (solo, biodiversidade etc.)?
- ➔ Que indicadores e salvaguardas devem ser utilizados para avaliar as medidas de intensificação em termos de impactos sociais e ambientais?

Como fazer um planejamento integrado e participativo do uso do solo?

Atualmente, as decisões sobre o uso do solo são tomadas em grupos fechados dentro de cada setor, sem muita coordenação intersetorial. Há poucas plataformas para diálogos transeitoriais no setor privado. Agências governamentais encarregadas de diferentes usos do solo raramente se comunicam umas com as outras. Isso resulta na criação de incentivos perversos e políticas contraditórias de uso do solo: por exemplo, um teto para os preços de petróleo que retarda o desenvolvimento da bioenergia; um sistema fiscal centralizado que dificulta o planejamento local do uso do solo; as receitas da indústria florestal são em sua maioria pagas aos municípios onde é feito o processamento da madeira, em vez de serem pagas aos municípios onde ocorre a produção primária, assim dificultando o apoio dos governos locais às plantações de árvores e aos esforços de restauração onde são apropriados.

As decisões sobre o uso do solo em larga escala tomadas pelo governo ou pelo setor privado são muitas vezes feitas de forma não participativa. Processos regulatórios são muitas vezes mal aplicados; por exemplo, estudos de impacto ambiental são conduzidos sem muita transparência ou participação da sociedade civil.

Uma abordagem integrada do uso do solo exige uma coordenação entre os diferentes setores. E o planejamento participativo do uso do solo tem mais probabilidade de incluir aspectos econômicos, sociais e ambientais nas tomadas de decisões. As abordagens participativas também podem dar mais legitimidade às decisões finais. A sociedade civil também pode participar na fiscalização da implementação de políticas de uso do solo, assim diminuindo a carga do governo.

Comparada com o status quo, a tomada de decisão integrada e participativa sobre o uso do solo é mais complexa e dinâmica, com mais variáveis e interações ao longo de um período mais estendido. Ela exige informações de qualidade sobre os diferentes usos do solo, a divulgação eficaz e eficiente de tais informações a todas as partes interessadas, ferramentas e a capacidade de utilizar as informações para fazer um planejamento racional do uso do solo. Se há vontade política e recursos suficientes para apoiar a criação das condições acima é incerto.

Outras questões a considerar incluem:

- ➔ Conciliar as diferentes prioridades de uso do solo: Diferentes partes interessadas de diferentes setores têm diferentes prioridades de uso do solo. Pode uma abordagem integrada e participativa acomodar todas as diferentes prioridades e exigências para os vários usos do solo (alimentos, combustíveis, fibras e florestas)? Ou será necessário fazer concessões? E, caso isso seja inevitável, como podem ser reconciliadas as prioridades diferentes e ao mesmo tempo ser evitadas a tomada do processo pela elite e a exclusão de partes interessadas de menor escala e grupos marginalizados?
- ➔ Governança: Pode o atual sistema de governança sustentar a implementação de processos integrados e democráticos em diferentes escalas? Ou será que o planejamento integrado e participativo do uso do solo exigirá um novo paradigma e estrutura de governança? Se é assim, qual estrutura de governança ou práticas melhor conduz a um processo integrado e democrático? Quem deve ser a principal força em tal processo? (Governo? Organizações de certificação? Mesas-redondas sobre matérias primárias? Uma combinação de



Os participantes na Unidade de Conservação da Fibria

todos os anteriores?)

- Capacidade dos produtores em pequena escala: Como desenvolver a capacidade e os incentivos para que pequenos produtores locais participem no processo de planejamento do uso do solo?
- Engajamento do setor agroflorestral: Em comparação com o setor florestal, há uma cultura relativamente fraca de diálogo no setor agrícola. Como podem tais grupos setoriais fechados serem desmontados para que haja o engajamento transectorial?



Discussão Plenária

Como os serviços do ecossistema (biodiversidade, água, cultura etc.) podem ser avaliados na tomada de decisões sobre o uso do solo?

Cerca de 20% da biodiversidade do planeta é distribuída entre seis biomas terrestres no Brasil – Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Pampa – estendendo-se ao longo de uma zona costeira e marítima de 8.500 quilômetros de norte a sul.. Os vastos e diversificados biomas brasileiros também oferecem uma variedade de serviços de ecossistemas que são vitais para o País e para o planeta. Por exemplo, a Floresta Amazônica detém 90 bilhões de toneladas de carbono, cerca de um quinto de todo o carbono contido nas florestas tropicais do mundo; os rios da região amazônica contêm 12% de toda a água doce na superfície do planeta; as florestas da Mata Atlântica abrigam cerca de 800 espécies endêmicas; o Cerrado contém as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul; o Pampa tem um papel muito importante na cultura do povo do Sul, notadamente no estilo de vida e de vestir.⁷



Os participantes na visita de campo

Atualmente, há uma falta de consciência pública sobre a importância dos serviços dos ecossistemas e seu papel na produtividade agrícola, na integridade ambiental e na estabilidade climática. Há também alguns equívocos difundidos sobre os serviços ambientais: por exemplo, que a tecnologia pode substituir as funções do ecossistema e que, diminuindo-se a área e fragmentando-se habitats naturais, não haverá impacto sobre o nível de serviços ambientais prestados. A falta de compreensão e de valorização dos serviços dos ecossistemas deu origem a padrões de uso do solo que desperdiçam recursos naturais limitados e destroem habitats naturais vitais. Um exemplo é o consumo e a contaminação de água no Brasil: a irrigação para a agricultura é responsável por 69% de todo o consumo de água no Brasil e somente a pecuária respondeu por 12% do consumo total, de acordo com o censo agropecuário de 2006.⁵ O uso e a contaminação da água doce por atividades agropecuárias têm impactos diretos na biodiversidade e na disponibilidade de água para outras finalidades. Mas esses impactos não são sistematicamente estudados ou contabilizados nos custos de produção de produtos agrícolas.



Projeto agroecológico na fazenda do Sr. Amilton

É, portanto, fundamental estabelecer um sistema para avaliar os serviços ambientais, em termos econômicos e financeiros, e fornecer incentivos para proteger e restaurar ecossistemas em áreas críticas para a prestação de serviços ambientais e a mitigação das mudanças climáticas. O desafio é como criar incentivos e instituições que irão orientar sábios investimentos no capital natural em grande escala enquanto levam em consideração a complexidade dos ecossistemas em diferentes contextos geográficos e sua relação com grupos marginalizados e vulneráveis, incluindo os povos indígenas.

Como pode a agricultura familiar ser apoiada para contribuir para o uso do solo mais integrado e sustentável?

O censo agropecuário de 2006, lançado em 2009, constatou que no Brasil a agricultura familiar ocupa 24,3% da área total agrícola e responde pela produção de 70% dos alimentos consumidos no País. O Banco do Brasil estima que a agricultura familiar contribui com 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, desempenhando um papel crucial na economia de muitos municípios e sendo indispensável para o



Na fazenda da JFI Produtor Rural

desenvolvimento brasileiro.⁵ No Brasil, a agricultura familiar é fundamental para atender à demanda de alimentos e fornece uma base forte para a agrobiodiversidade. A agricultura familiar também aborda as relações entre sociedades humanas, plantas cultivadas e ambientes naturais de uma forma mais holística. É o melhor espaço para avançar na inclusão social, na redução da pobreza e no desenvolvimento local sustentável.

Existem alguns mecanismos públicos atuais implantados para apoiar a agricultura familiar, incluindo: 1) proporcionar mais acesso à terra através da reforma agrária e do crédito fundiário; 2) investimentos do governo e empréstimos para infraestrutura, máquinas, produção e processos industriais de pequena escala; 3) assistência técnica fornecida pelo governo; 4) programas de aquisição de alimentos, em que o governo compra uma certa quantidade da produção da agricultura familiar para as escolas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Existem também várias iniciativas privadas, incluindo o Programa do Produtor Florestal e programas de fornecimento entre as empresas de produção de alimentos e agricultores, o que constrói uma parceria entre empresas florestais e pequenos agricultores.

Mas a agricultura familiar ainda está lutando para competir com a agricultura de larga escala. Os principais problemas são: os direitos de posse da terra; a falta de serviços de extensão rural; a falta de tecnologia de intensificação que seja apropriada para a agricultura familiar; a fraca cultura cooperativa e de associação; a falta de acesso direto ao mercado; a migração de jovens para as áreas urbanas em busca de um estilo de vida diferente e melhor remuneração.

Enquanto todos acreditam que mais apoio deve ser proporcionado aos agricultores familiares para aumentar a produtividade em suas terras, há pontos de vista diferentes sobre como a intensificação pode ser feita. Alguns argumentam que tecnologias como os produtos químicos avançados e OGM são inevitáveis no clima do Brasil, enquanto outros acreditam que a agricultura familiar pode contar menos com insumos que podem ser prejudiciais ao meio ambiente e competir em mercados de nicho, como a agricultura biológica, além de aumentar a produtividade utilizando um modelo mais integrado de uso do solo, como o uso de sistemas agroflorestais e a integração da silvicultura com a pecuária (como ilustrado pelo modelo JFI Produtor Rural na visita de campo⁹).

Como desenvolver uma abordagem baseada em direitos voltada para o planejamento do uso do solo no Brasil?

Em muitos municípios brasileiros, a área registrada das propriedades rurais é maior do que sua própria área total territorial, o que é uma clara indicação da apropriação ilegal de bens.⁵ O Brasil também tem 230 diferentes povos indígenas, que ocupam uma área equivalente a 13,3% do território do País. Além disso, muitas outras comunidades tradicionais estão espalhadas pelo País e várias delas são dependentes de recursos florestais.⁷ Mas, com exceção do bioma da Amazônia, o reconhecimento dos povos indígenas está meramente implícito, na melhor das hipóteses.

Incertezas quanto à propriedade da terra estimulam conflitos sobre o uso do solo e induzem o pensamento de curto prazo para maximizar o lucro no menor tempo possível. Ferramentas para a modelagem e o planejamento do uso do solo que não levam em consideração a complexidade da propriedade da terra podem levar à grilagem de terras e à marginalização de pequenos proprietários e comunidades que não têm direito seguro à terra.

Como mudar os padrões de consumo para o uso sustentável do solo?

O Brasil, os Estados Unidos, a Rússia, a China e a Índia são os cinco maiores países agropecuários do mundo. E, entre os cinco, o Brasil é o país com a maior possibilidade de aumentar sua produção em resposta à crescente demanda local e internacional. Os padrões de consumo em nível local e global são susceptíveis de ter um forte impacto sobre o regime de uso do solo no Brasil. Por exemplo, a crescente demanda global por carne tem sido um importante fator de desmatamento no Brasil, onde as áreas florestais estão sendo derrubadas para criar espaço para o cultivo de soja como alimento para os animais.⁵



Há ainda uma falta de entendimento em torno das seguintes questões:

- ➔ O que molda os padrões de consumo? Os padrões de consumo podem ser influenciados, e de que maneira?
- ➔ Como transformar a redução do consumo excessivo em maior disponibilidade de alimentos para os pobres?
- ➔ Como fornecer aos consumidores informações e ferramentas de qualidade suficientes para que façam escolhas que sejam mais sustentáveis?
- ➔ Como influenciar a China para desempenhar um papel mais responsável como um importante produtor e consumidor de fibras e alimentos? E como isso irá impactar no uso do solo no Brasil?
- ➔ Como mudar determinadas preferências do consumidor que estão causando desnecessários desperdícios no sistema de produção de alimentos?



Como os padrões e as políticas internacionais sobre o uso do solo podem impactar positivamente no Brasil?

O Brasil é signatário de compromissos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção sobre Áreas Úmidas (Ramsar). Sob o CDB, o Brasil compromete-se a preservar 17% da Floresta Amazônica e 10% dos outros biomas. Sob os termos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), o País também se comprometeu a cortar 38% de suas emissões de gases de efeito estufa até 2020. Mas, até o momento, o Brasil está ainda a um longo caminho de atingir as metas compromissadas.⁵ Perguntas permanecem sobre como compromissos internacionais sem poder juridicamente obrigatório podem levar a mudanças tangíveis. E, em uma economia globalizada, como “um nivelamento por baixo” e a dispersão podem ser evitados se grandes economias como a China e os EUA estão mostrando pouco comprometimento para o uso do solo e o consumo sustentável em nível local e mundial? Dadas as limitações sobre o que os atuais acordos internacionais podem oferecer, será que as abordagens regionais, nacionais e subnacionais ofereceriam melhores perspectivas para efetuar mudanças? Como mobilizar fundos internacionais para o desenvolvimento, no sentido de identificar e apoiar ações para o uso sustentável do solo, adaptados ao contexto nacional e local do Brasil? Quais são os papéis das empresas globais?



No setor privado, muitas empresas brasileiras também são influenciadas por normas internacionais voluntárias, como esquemas de certificação florestal e padrões sustentáveis para biocombustíveis. Mas esses esquemas voluntários são em grande parte setoriais e não atendem a um modelo mais integrado de uso do solo. Há também poucos incentivos para inovar ou fazer mais do que o mínimo que as normas estabelecem nesses regimes.

Caminhos a seguir

Planejamento integrado do uso do solo:

Em nível nacional, o ordenamento do uso do solo deve incluir todos os setores e também a bioenergia. Em nível subnacional, informações devem ser fornecidas para os moradores urbanos para entender como suas decisões de compra estão afetando o uso do solo na área rural. Em nível local, os proprietários podem simplesmente começar por compreender o que os vizinhos estão fazendo em suas terras e como eles podem trabalhar juntos para um melhor uso do solo.

Mais pesquisas são necessárias para entender quais ferramentas podem ser usadas para as decisões sobre o uso do solo e quais modelos de gestão da terra são



Os participantes na visita de campo



Beto Mesquita



Kai Lintunen



Lila Santos



Paulo Kageyama

adequados a diferentes níveis e escalas.

Com base em modelos e informações existentes sobre o uso do solo, esforços devem ser empenhados para mais mapeamento das áreas degradadas e a determinação das suas características. Isso pode ajudar a identificar onde a terra precisa ser restaurada, onde existem grandes possibilidades de aumento de produtividade e usos integrados do solo. Em seguida, um adequado apoio de infraestrutura, tecnologia e técnicas de gestão pode ser implementado, com base no contexto local, para restaurar terras degradadas ou aumentar a produtividade.

Em vez de uma abordagem de cima para baixo no planejamento do uso do solo, deveria haver mais planejamento dirigido de baixo para cima. O ordenamento do território em nível nacional e regional deveria examinar as oportunidades e as características de consumo de cada área, para assegurar que as ações sejam planejadas da forma mais adequada para o contexto local. O planejamento regional ou territorial deve desempenhar um papel central, apoiado por uma estrutura de política nacional e enraizado na realidade local. Um planejamento holístico regional/territorial deveria levar em consideração a dinâmica dos sistemas agrários, as relações entre as áreas rural e urbana, a dinâmica do mercado, tecnologia, novos sistemas de informação e as mudanças resultantes nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural. Algumas ferramentas que podem ser usadas incluem zoneamento ecológico-econômico e a elaboração de planos diretores municipais para o uso do solo.

Algumas medidas que podem ser tomadas de imediato incluem: maior integração e comunicação entre os diferentes especialistas de uso do solo e departamentos, não só dentro do governo, mas também em instituições de pesquisa e ONGs ambientais e sociais; trazer as questões discutidas no diálogo para os conselhos locais e as reuniões de planejamento regional e nacional; mapear os atuais instrumentos ecológicos para o setor privado implementar práticas sustentáveis de uso do solo.

Planejamento participativo do uso do solo:

É fundamental incluir as questões dos 4Fs nos atuais fóruns multiparticipativos e setoriais e estabelecer novas plataformas multiparticipativas para diálogos transeoriais sobre o uso do solo em nível regional e nacional. Deveria haver também canais e plataformas para a troca de aprendizagem e melhores práticas sobre o uso integrado do solo, entre os diferentes países, as diferentes regiões e os diferentes setores.

O setor florestal é mais experiente em engajamento multiparticipativo e no uso de mosaicos paisagísticos que equilibram a produção e a manutenção/recuperação de ecossistemas naturais (por exemplo, o Diálogo Florestal brasileiro e o projeto do WWF da Nova Geração de Plantações⁸) e deveria ser mais proativo em estender a mão aos outros setores e compartilhar suas experiências.

Tecnologias de informação devem ser introduzidas em áreas rurais, para permitir o acesso rápido às informações e permitir aos agricultores intervir e participar diretamente da tomada de decisões sobre o uso do solo, em nome dos interesses rurais nos processos de governança territorial.

Alguns passos imediatos incluem: estabelecer uma plataforma nacional dos 4Fs no Brasil, para continuar os diálogos transeoriais e elevar a consciência para as questões dos 4Fs. Como parte da continuidade do processo de diálogo, formar uma mesa-redonda multissetorial com a participação de agentes financeiros, agências de extensão rural e de pesquisa. Algumas empresas florestais se comprometeram a aproximar-se de outras mesas-redondas sobre materiais primários, para compartilhar experiências sobre abordagens participativas.

Apoio à agricultura familiar:

O governo deve melhorar os serviços de extensão rural para oferecer educação e tecnologia para o agricultor de pequena escala. A educação agrícola deve visar principalmente à geração jovem. As tecnologias introduzidas devem ser adaptadas à cultura e às vocações locais, com ênfase em uma maior diversificação em vez do uso mecânico.

Por um lado, os incentivos devem ser fornecidos para convencer a talentosa geração de jovens agricultores a permanecer no negócio da agricultura familiar; por outro lado, a agricultura familiar pode ser promovida como um estilo de vida, para atrair mais moradores urbanos de volta para o estilo de vida de subsistência agrícola.

O investimento deverá ser feito no desenvolvimento do mercado local para os agricultores familiares e na diversificação dos produtos de agricultura familiar, para atender ao mercado local. O governo deve também introduzir políticas de aquisição de alimentos com base em uma estratégia de segurança nutricional desenvolvida em escala regional. Isso pode ajudar a estabelecer mercados regionais, para que os pequenos produtores não tenham de lutar por uma participação de mercado contra os grandes produtores ou encontrar-se dependentes dos atacadistas. Isso também pode reduzir custos de transporte, riscos e desperdícios nos sistemas de distribuição.

Empresas de grande porte, incluindo produtores e varejistas, também podem tomar a iniciativa de formar parcerias com pequenos agricultores. Organismos de certificação também podem definir critérios para proteger a agricultura familiar e promover parcerias estratégicas entre empresas de grande e pequena escala.

A fim de aumentar a competitividade dos produtos da agricultura familiar, programas devem ser postos em prática para fomentar o empreendedorismo rural, desenvolver cadeias de produção para providenciar valor agregado aos produtos da agricultura familiar, estabelecer um acesso direto ao mercado e apoiar as associações e as cooperativas com base na cultura local.

Instituições de pesquisa devem ser apoiadas para conduzir mais pesquisas sobre agricultura familiar, para fornecer mais tecnologias de intensificação e diversificação que são apropriadas para a agricultura em pequena escala e para entender a melhor forma de aumentar a escala da agricultura familiar no Brasil e como estabelecer e incentivar parcerias entre os produtores pequenos e grandes.

A ONU declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar.¹⁰ A atenção internacional sobre a agricultura familiar neste ano pode ajudar a estimular mais ações que podem aumentar a escala da agricultura familiar no Brasil.

Melhor governança:

A atual política pública que é favorável ao uso integrado do solo deve ser devidamente implementada. Por exemplo, as ferramentas de monitoramento, como o recém-promulgado Cadastro Ambiental Rural (CAR), podem ser ferramentas importantes para auxiliar no planejamento integrado da paisagem, tanto para o setor público como para a iniciativa privada.

Políticas perversas ou contraditórias devem ser alteradas. Por exemplo, deve haver um quadro mais claro sobre a propriedade da terra que elimine a sobreposição de reivindicações de terras e respeite os direitos dos povos indígenas e dos usos tradicionais das florestas. O sistema fiscal deve ser reformado, para dar mais incentivos ao uso integrado do solo e ao desenvolvimento rural. Os impostos sobre a extração dos recursos naturais podem ser retornados como apoio para o Pagamento de Esquemas de Ecossistema para restauração e conservação.

Há a necessidade de aplicação efetiva das leis em vigor no Brasil, tais como as que visam impedir o desflorestamento. Sem aplicação eficaz, é muito difícil para as atividades legais competir com os ilegais no preço. Imagens de satélite existentes e sistemas de informação sobre o uso do solo podem ser aproveitados para monitorar a implementação de políticas, incluindo o Código Florestal.

Gestão da cadeia de abastecimento:

As existentes ferramentas de gestão da cadeia de abastecimento podem ser utilizadas para promover as práticas de uso integrado e participativo do solo, para engajar os pequenos produtores e para influenciar e educar os consumidores. Grandes varejistas têm influência considerável sobre

as cadeias de fornecimento. Eles devem ser envolvidos nas discussões dos 4Fs, com o objetivo de alavancar seu poder de mudar as práticas de negócios para usos do solo mais justos e mais sustentáveis. O Fórum de Bens de Consumo pode ser um bom canal para engajar os grandes varejistas.

Uma parceria transetorial sobre a gestão da cadeia de abastecimento também pode ser estabelecida. Por exemplo, os compradores em diferentes setores podem configurar redes para que seus compradores explorem oportunidades de colaboração e ajudem uns aos outros a otimizar os usos do solo, apreendendo da experiência dos outros. Organismos de certificação também podem ajudar a fomentar as parcerias transetoriais.

Orientação internacional coordenada sobre o uso do solo:

Mapear as diretrizes e os marcos internacionais existentes sobre os diferentes usos do solo, com o objetivo de entender quais são as sobreposições e as lacunas existentes, bem como para alinhar os princípios e as metodologias. Com base nos resultados do mapeamento, as oportunidades de harmonização entre as orientações sobre princípios e metodologias podem ser identificadas. Orientações para a gestão da paisagem poderiam ser sintetizadas a partir desse processo, incluindo questões transversais para todos os usos do solo (por exemplo, questões sociais, as mudanças climáticas).

Conduzir mais pesquisas sobre modelos integrados de uso do solo e executar estudos/projetos-piloto para entender melhor a dinâmica entre os diferentes usos do solo. Criar um banco de dados internacional, integrado, participativo e de fácil acesso, para melhores práticas de planejamento e gestão do uso do solo.

Redução de desperdício:

Embora os padrões de consumo não possam ser alterados da noite para o dia, ações podem ser tomadas para identificar e reduzir o desperdício nos sistemas agrícolas que são causados por escolhas do consumidor. Por exemplo, enquanto as batatas com casca imperfeita mas de bom sabor são deixadas para trás por consumidores individuais, as grandes empresas de processamento que produzem batatinhas fritas são menos preocupadas com a perfeição da casca e podem ser o consumidor-alvo para aqueles ignorados por consumidores individuais. Melhorar as instalações de armazenamento e embalagem pode reduzir a porcentagem de comida desperdiçada no armazenamento e no transporte. Reduzir as embalagens e a publicidade excessiva pode reduzir o desperdício de papel.

Dentro de um sistema integrado de uso do solo, deve haver uma análise sistemática sobre como reutilizar e reciclar os materiais no sistema de produção e entre as diferentes unidades de produção na vizinhança.

Conclusões e próximos passos

Dado o contexto global e nacional, o Brasil tem grandes desafios pela frente, mas também imensas possibilidades para mudar em direção a usos do solo mais justos e mais sustentáveis. Há um consenso entre todos os participantes do diálogo dos 4Fs de que este tem proporcionado um grande fórum para debater questões prementes e trocar experiências com outros setores e partes interessadas. Uma plataforma intersetorial tão singular é fundamental para o Brasil e outros países para navegar em um caminho certo para a solução de alguns dos problemas mais prementes, complexos e dinâmicos do século 21. O Diálogo Florestal, com seus parceiros, visa construir uma parceria com poder de convocação forte entre as partes interessadas e especialistas em agricultura, silvicultura, bioenergia, serviços do ecossistema e segurança alimentar. O objetivo da iniciativa dos 4Fs é escolhas mais justas e mais sustentáveis de uso do solo, iniciativa esta que poderia ser catalisada por alcançar objetivos mais específicos, incluindo informações melhores e exemplos de boas práticas para apoiar a tomada de decisões relacionadas ao uso do solo e habilitando as políticas em nível local, nacional e internacional; plataformas com base mais forte em evidências para engajamento transetorial das partes interessadas; compreensão e capacidade em nível nacional e internacional; e decisões melhores em jurisdições específicas e ao longo das cadeias de valor que permitam usos do solo e padrões de consumo mais justos e mais sustentáveis. Parceiros

existentes incluem o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Instituto dos Recursos Mundiais (WRI), o Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED), o Banco Mundial, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) e o programa de pesquisa da CGIAR sobre Mudança Climática, Agricultura e Segurança Alimentar (CCAFS).

No Brasil, o Instituto Ethos e seus parceiros, incluindo a Conservação Internacional-Brasil, o Diálogo Florestal do Brasil, a Bracelpa e o WWF-Brasil, planejam coordenar um processo de diálogo dos 4Fs nacional transectorial que vai continuar a engajar as partes interessadas de diferentes setores, conscientizando o público sobre as questões dos 4Fs e catalisando ações entre todas as partes interessadas. A Ethos e seus parceiros irão partilhar os resultados desse diálogo com uma audiência mais ampla através de um comunicado de imprensa e em suas redes. Eles também irão fornecer apoio e realizar um trabalho de acompanhamento com os participantes do diálogo que se comprometeram a realizar várias atividades, quer como indivíduos ou dentro de suas instituições. Além disso, os agricultores da região do Capão Bonito, de Itapeva e outros municípios declararam seu compromisso e vontade de dialogar com as ONGs locais, a fim de alcançar resultados sustentáveis.

Agradecimentos

Além dos 44 indivíduos que participaram neste diálogo, os copresidentes, The Forests Dialogue e Ethos, também querem agradecer as seguintes organizações por sua visão e apoio:

Co-organizadores: Conservação Internacional-Brasil; The Forests Dialogue do Brasil; WWF-Brasil; Fibria; e Bracelpa

Patrocinadores: BNDES, Ministério do Meio Ambiente – Brasil; GIZ; IIED; CCAFS; Fibria; Mondi; Bracelpa; IDEAS; e WBCSD.

Xiaoting Hou (The Forests Dialogue) forneceu este primeiro esboço e coordenou a editoração deste sumário.

Referências

1. FAO (2009) et al.
2. Taylor, R (editor) (2011); Forests for a Living Planet, Chapter 1: WWF Living Forests Report, www.panda.org/livingforests
3. <http://environment.yale.edu/tfd/dialogue/food-fuel-fiber-and-forest/4f-scoping-dialogue-in-washington-dc-1-3-june-2011/>
4. <http://environment.yale.edu/tfd/dialogue/food-fuel-fiber-and-forest/4f-field-dialogue-in-capao-bonito-brazil-11-14-november-2012/>.
5. Miriam P. & Wigold S., The Forests Dialogue Brazil Dialogue Background Paper, http://environment.yale.edu/tfd/uploads/Background_Paper_General_Brazilian_Context.pdf
6. Arnaldo Carneiro, INPA - Redesigning the agricultural landscape in Brazil, <http://environment.yale.edu/tfd/special/f4s-pres>
7. João Dagoberto Santos, Presentation - Land use conflicts and projects related to Landless Workers' Movement (MST) in Brazil, <http://environment.yale.edu/tfd/special/f4s-pres>
8. <http://www.newgenerationplantations.com/>
9. José Carlos Almeida, JFI Produtor Rural's presentation: <http://environment.yale.edu/tfd/special/f4s-pres>
10. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/472/14/PDF/N1147214.pdf?OpenElement>

Anexo I: Aprendizagem da excursão de campo

A região sudoeste do Estado de São Paulo é a região mais pobre do Estado. Nessa região, residem 325.493 habitantes em 15 municípios, incluindo Capão Bonito, onde o diálogo ocorreu. O PIB médio per capita é de cerca de R\$ 12 mil (US\$ 6 mil). Plantações de pinheiro e eucalipto têm se expandido na região. A madeira é utilizada, principalmente, para a produção de pasta de celulose, móveis, construção, e uma pequena quantidade é usada para aquecimento e para cozinhar em nível doméstico. A agricultura contribui com 23% do PIB da região: grãos, soja, feijão, milho, frutas

cítricas e pecuária são as atividades agrícolas principais. A agricultura familiar representa quase metade de todas as fazendas da região. A topografia do terreno influencia fortemente a propriedade da terra: áreas com topografia mais plana, apropriadas para o uso de máquinas, são muitas vezes ocupadas por empresas de médio e grande porte; áreas com terreno mais acidentado são de propriedade, em sua maioria, de agricultores familiares.⁴ Sob o Código Florestal brasileiro, Áreas de Preservação Permanente (APPs) requerem proteção para áreas próximas aos corpos d'água, em topos de morros, encostas íngremes e outras. Reservas Legais (RLs) exigem uma porcentagem de propriedades rurais que devem manter sua vegetação nativa. No Estado de São Paulo, a RL requerida é de 20% (na Floresta Amazônica, o percentual é de 80%, e no Cerrado é de 35%).

Durante a visita de campo de dois dias, os participantes discutiram as tendências e as políticas de uso do solo na região com autoridades locais e pesquisadores. Eles também visitaram quatro locais diferentes, com diferentes escalas de produção, e foram discutidos os diferentes modelos de gestão de terras com proprietários de terras locais, gestores e representantes de ONGs.

Projeto Agroecológico – fazenda do Sr. Amilton S. Carvalho

Escala e atividades: 11 hectares de lavouras, pastagens, árvores frutíferas e eucalipto.

História: Com base em uma análise socioambiental na Bacia do Rio Almas, o projeto agroecológico é implementado por IDEAS para recuperar 411 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), necessários para compensar os impactos ambientais de uma fábrica de cimento na região. A recuperação é feita por meio do plantio convencional ou de sistemas agroflorestais. O Sr. Amilton S. Carvalho tem sido um proprietário de terras na região há 30 anos e juntou-se ao projeto há 4 anos. IDEAS lhe forneceu consultoria técnica e mão de obra grátis.

Modelo de gestão da terra:

- ➔ A maior parte da produção é para subsistência, com pequenos excedentes para o consumo local (por exemplo, cachaça e terra orgânica).
- ➔ As decisões sobre o uso do solo não almejam lucros, mas valores pessoais e estilo de vida.
- ➔ Sistema de produção de ciclo fechado, com uma grande diversidade de produtos.
- ➔ Uso intensivo do solo, sem insumos químicos ou máquinas.
- ➔ Grande variedade de espécies indígenas restauradas para a produção de alimentos.

JFI Produtor Rural

Escala e atividades: Uma área total de 1.526 hectares de terra agrícola disponível com 830 hectares de efetivo plantio. A área é dividida em seis fazendas localizadas nos municípios de Capão Bonito e Itapetininga. Nessas fazendas crescem eucalipto, feijão e milho, e há criação de gado para carne.

História: JFI começou como um provedor de serviços para grandes empresas de base florestal em 1991. Hoje tem operações nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nos últimos anos, JFI comprou sua própria terra. Gerencia a terra para o eucalipto e algumas atividades agrícolas, no âmbito da empresa JFI Produtor Rural.

Modelo de gestão da terra:

- ➔ Busca a maximização do lucro: fibra e madeira proporcionam a renda principal, com atividades agrícolas complementando o fluxo de caixa.
- ➔ Modelo intensificado do uso do solo, com mais insumos (mecânicos, herbicidas etc.).
- ➔ Maximiza a área de produção dentro dos requisitos legais: onde a agricultura não é possível por causa da topografia do terreno, plantações florestais são usadas para aumentar a produtividade e a rentabilidade da área e também para controlar a erosão.
- ➔ Produtos diversificados, espalhando os riscos através de fibras e alimentos.

Resumo do relatório dos colíderes

Diálogo de Campo sobre Alimentos, Combustíveis, Fibras e Florestas

De 11 a 14 de novembro de 2012 – Capão Bonito, Brasil

- ➔ Decisões de gestão feitas com base em evidências científicas: dados coletados e analisados a partir de diferentes experimentos sobre a integração do eucalipto com as rotações de feijão, milho e gado.

Fujivara

Escala e atividades: 1.600 hectares divididos em 14 fazendas, em um raio de 30 quilômetros. Existem duas culturas em um ano. Eles plantam feijão, milho, soja e trigo.

História: Os atuais proprietários, Sidney e Sergio Fujivara, são a terceira geração a administrar os negócios da família. Seus avós chegaram ao Brasil do Japão, em 1929, para trabalhar nas plantações de café na região da Alta Paulista. Em 1949, a família se mudou para Capão Bonito para iniciar o plantio de milho, arroz e feijão. Em 1959, a empresa mudou para tomate, batata e cebola. Desde então, a família tem investido fortemente em tecnologias e expansão. De 12 hectares de terras agrícolas em 1949 a fazenda aumentou para 1.600 hectares hoje.

Modelo de gestão da terra:

- ➔ Negócio familiar buscando “hiperprodutividade” em alimento, baseado em tecnologia e nas melhores práticas comerciais no mercado global.
- ➔ Uso intensivo do solo, com os maiores insumos; por exemplo, produtos químicos, energia,
- ➔ Não procura expandir mais a área, mas apenas melhorar a produtividade das terras atuais.
- ➔ Rápida absorção de tecnologias de intensificação, para maximizar a produtividade; por exemplo, OGM, sem lavoura, integração de cultivo com criação de gado, cultivo duplo etc.

Fibria – Unidade Florestal Capão Bonito

Escala e atividades: A Fibria é uma empresa brasileira de celulose e papel, com uma forte presença no mercado global de produtos florestais. Na região sudoeste de São Paulo, a Fibria tem 76.500 hectares de plantio de eucalipto, entre os quais 26.700 hectares são dedicados a APP e RL. Em Capão Bonito, a base florestal ocupa 30.300 hectares, dos quais cerca de 30% são para a preservação.

Modelo de gestão da terra:

- ➔ Restauração e gestão ativa de área significativa de floresta natural, de acordo com a lei.
- ➔ Restauração intensiva para dar o pontapé inicial da regeneração natural em Unidade de Conservação.
- ➔ Envolver ativamente as partes interessadas locais com seus projetos de restauração e fornecer educação ambiental às comunidades locais.
- ➔ Floresta natural como amortecedor de biodiversidade em torno de plantações, o que contribui para o controle de pragas.

Com base nas visitas aos quatro locais, as observações importantes incluem:

- ➔ A regulamentação pelo governo (neste caso, a exigência de APP e RL pelo Código Florestal) estabelece uma boa estrutura para modelos de uso do solo que levam em consideração a conservação e a proteção dos recursos hídricos.
- ➔ Apesar de histórias, escalas e objetivos de gestão diferentes, todos os locais têm variados níveis de integração entre alimentos, fibras e florestas, e, em menor grau, combustíveis. Os modelos integrados de uso do solo provaram que podem ser um bom negócio quando maximizam o uso do solo e os lucros ou, no caso do Sr. Amilton, o prazer pessoal gerado pela terra. A integração da floresta e da agricultura também ajuda a diversificar os riscos e a garantir um rendimento estável (a agricultura fornece caixa de curto prazo, enquanto a floresta gera maior

renda no longo prazo).

Anexo II: Lista dos participantes

Luiz Fernando do Amaral	Única
George Asher	Lake Taupo Forest Trust
Giovana Baggio	The Nature Conservancy (TNC)
Fausto Camargo	Fibria
Karla Camargo	Sygenta
Natália Canova	Bracelpa
Fátima Cardoso	Solidaridad - Brazil
Ricardo Camargo	Cardoso Imaflores
Arnaldo Carneiro Filho	Secretaria de Assuntos Estratégicos - Presidência da República
Dalcio Caron	ESALQ - São Paulo University (USP)
Avery Cohn	University of California, Berkely
José Gilberg da Cunha	Ideas
Peter Dewees	The World Bank
Gary Dunning	The Forests Dialogue (TFD)
Sidney Fujivara	SF Agronegócios
Peter Gardiner	Mondi
James Griffiths	World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)
Manuel Guariguata	CIFOR
Roberta Holmes	Secretary of Biodiversity and Forestry, Brazilian Ministry of Environment / Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Uta Jungermann	World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)
Paulo Kageyama	ESALQ - São Paulo University (USP)
Ed (Skip) Krasny	Kimberly-Clark
Timo Lehesvirta	UPM-Kymmene Corporation
Kai Lintunen	Finnish Forest Association
Caio Magri	Instituto Ethos
Eduardo Mansur	Food and Agriculture Organization (FAO)
Bazileu Alves Margarido	Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
James Mayers	International Institute for Environment and Development (IIED)
Paulo Dimas Menezes	Diálogo Florestal Brasileiro / Ibio
Carlos Alberto Mesquita	Conservação Internacional (CI)
Egidio Moniz	Fair Labor Association
Orlando Souto Montenegro	Secretaria Municipal de Turismo
Cassio Franco Moreira	WWF-Brazil
Peter Newton	Climate Change, Agriculture and Food Security (CCAFS CGIAR), CGIAR CCAFS
Cassiano Tóffoli de Oliveira	Secretário Municipal de Agricultura e Amastecimento - Itapeva
Miriam Prochnow	Apremavi
Maria Dalce Ricas	Associação Mineira de Defesa Ambiental - Amda
Carlos Alberto Roxo	Fibria
João Dagoberto Santos	ESALQ - São Paulo University (USP)
Lila Santos	Arkhé
Wigold Schaffer	Apremavi
Roberto Smeraldi	Amigos da Terra
Gerd Sparovek	ESALQ - São Paulo University (USP)
Rodney (Rod) Taylor	WWF-International
Mariana Zanetti	Amata